

# FOMENTO À PESQUISA E CONHECIMENTO EM AÇÃO: UMA ANÁLISE DA ÁREA DE DEFESA NACIONAL<sup>1</sup>

Promotion of research and knowledge in action: an  
analysis of the national defense area

**Jaqueline Santos Barradas**

jaqueline.barradas@unirio.br

Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Docente da Escola de Biblioteconomia da Universidade do Rio de Janeiro.

**RESUMO:** O sistema de fomento à pesquisa remonta ao final da Segunda Guerra Mundial em que se evidencia a necessidade de promover pesquisas científicas no mundo, contexto no qual são criadas no Brasil as agências de fomento nacionais. O objetivo deste artigo é analisar as condições atuais e as dificuldades da área de Defesa Nacional no que diz respeito ao financiamento de pesquisas pelos órgãos de fomento nacionais e sua inserção nas políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação brasileiras, tendo em vista o seu processo de formalização e institucionalização como área do conhecimento. Para tanto contextualiza o campo acadêmico-científico da Defesa Nacional, segundo conceito de Pierre Bourdieu. Trata-se de uma pesquisa exploratória em que foram utilizados alguns procedimentos metodológicos como a busca na literatura e em documentos da área, a fim de evidenciar dados, fatos e resultados que permitissem uma análise mais detalhada da situação. Conclui que a institucionalização do campo acadêmico-científico da Defesa no Brasil ainda é um universo a ser conquistado, já que se trata de uma área em construção epistêmica. Contudo, há necessidade de se realizar contínuos investimentos públicos e privados. Ao comprovar sua natureza e constituição, e demonstrar seu potencial de crescimento, cria-se condições para sua institucionalização como campo, área ou subárea de conhecimento.

<sup>1</sup> Tese de Doutorado defendida em abril de 2015 no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação intitulada "O Processo de Comunicação Científica no campo da Defesa no Brasil: da geração do conhecimento à disponibilização da informação" sob a orientação da Profa. Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro e coorientação do Prof. Dr. Jorge Calvario dos Santos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geração de conhecimento. Fomento à pesquisa. Defesa Nacional. Campo científico. Área de conhecimento.

**ABSTRACT:** The system of research promotion goes back to the end of World War II in which the need to promote scientific research in the world is evidenced, a context within which national development agencies are created in Brazil. The objective of this article is to analyze current conditions and difficulties of the National Defense area in having its research funded by national development agencies and its insertion in the Brazilian public policies of Science, Technology and Innovation regarding its formalization and institutionalization processes as an area of knowledge. For this purpose, it contextualizes the academic-scientific field of National Defense, according to the concept of Pierre Bourdieu. It is an exploratory research in which some methodological procedures were used, such as the search in the literature and in the area documents, in order to evidence data, facts and results that would allow a more detailed analysis of the situation. It concludes that the institutionalization of the academic-scientific field of Defense in Brazil is still a universe to be conquered, since it is an area undergoing epistemic construction. However, there is a need for continuous public and private investment. By proving its nature and constitution, and demonstrating its growth potential, it creates conditions for its institutionalization as a field, area or subarea of knowledge.

**KEYWORDS:** Creation of knowledge. Promotion of research. National Defense. Scientific field. Area of knowledge.

## 1 Introdução

O comprometimento com o desenvolvimento da pesquisa científica e a disseminação de seus resultados para a sociedade se revelaram essenciais ao longo e ao final da Segunda Guerra Mundial (II GM), a qual despertou nos países a necessidade de um olhar mais atento acerca do desenvolvimento científico e tecnológico. Tal movimento ocorreu simultaneamente no mundo: países europeus e, especialmente os Estados Unidos da América (EUA), organizaram seus sistemas de ciência, tecnologia e inovação a partir daquele período. No Brasil, os fenômenos não foram diferentes e se tornaram mais evidentes ao final da II GM.

O advento da Guerra Fria e o mundo polarizado entre os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) novamente trouxeram à tona novos desafios para a ciência e a tecnologia. Os avanços da ciência se materializaram com a corrida espacial, com as novas possibilidades oriundas da energia nuclear; e, no

campo econômico, os reflexos da crise do petróleo demandaram inovação e a consequente criação de novas fontes de geração de energia, mais limpas e sustentáveis. No Brasil, foi neste contexto que se desenvolveram os estudos acadêmico-científicos de Defesa e Segurança, inicialmente nos centros de estudos civis e militares (FIGUEIREDO, 2010). No início da década de 1980, surge o primeiro programa de pós-graduação com foco em segurança internacional, o de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UNB), com linha de pesquisa dedicada a tais estudos. Nos institutos militares de pesquisa, os cursos de pós-graduação das Engenharias militares destacam-se, fortalecendo a área (IME, 2014). Cabe ressaltar que é na pós-graduação o nascedouro da pesquisa científica e do conhecimento de uma área, neste caso específico, na área da Defesa.

Entretanto, é preciso antes, compreender como e porque se faz a ciência. Para tanto, são introduzidas algumas ideias de Ziman (1979, p. 25), de ciência como “conhecimento público”. Para o autor, o “empreendimento científico é corporativo [...]. Todo cientista vê com seus próprios olhos e com os de seus predecessores e colegas”. Em outras palavras, a pesquisa científica é uma atividade social. Isto significa dizer que não se faz pesquisa sozinho: há necessidade de comunicação com pares, de alocação de recursos para pesquisa e que seus resultados sejam amplamente disseminados para e em prol da comunidade científica em que atuam.

Considerando a ciência como conhecimento público, corporativo e que traz resultados para a sociedade, faz-se necessário sua formalização e institucionalização. No caso específico da Defesa, é necessário relatar as condições atuais e as dificuldades que ainda enfrenta, no que diz respeito ao financiamento de pesquisas pelos órgãos de fomento nacionais, e sua inserção nas políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação brasileiras. E para pensar o campo acadêmico-científico da Defesa Nacional formalizado, é preciso que seja devidamente representado como área de conhecimento.

Para se compreender a área de Defesa Nacional e o início de sua institucionalização como campo de conhecimento, cabe reconhecer que, embora a discussão sobre a área no Brasil seja contemporânea e legitimada pela criação do Ministério da Defesa, em 1999, o discurso e as ações efetivas para a condução de uma política de defesa, que não se restringisse somente à guerra, mas que contemplasse a paz, a Defesa e a Segurança de forma mais ampla, não são recentes. Pode-se partir do

entendimento de que a Defesa se estabeleceu no Brasil a partir da criação do Estado brasileiro republicano, em fins do século XIX. Alguns eventos ocorridos no início do século XX evidenciaram o interesse pelo tema no país. No Exército Brasileiro, em 1913, foi criada a revista *A Defesa Nacional*,<sup>2</sup> com objetivo divulgar a cultura e a mentalidade dos “jovens turcos”, oficiais do Exército recém-chegados de um treinamento na Alemanha (SODRÉ, 1968).

<sup>2</sup> A Defesa Nacional é a mais antiga das revistas da área e é editada até hoje pelo Exército Brasileiro.

Em 1916 foi criada a Liga da Defesa Nacional, no Rio de Janeiro, por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, sob a presidência de Rui Barbosa<sup>3</sup>, com o objetivo de engajar os intelectuais na causa nacionalista, apontando à

<sup>3</sup> Liga de Defesa Nacional. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/aeravargas1/anos20/centenarioindependencia/ligadedefesanacional>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

sociedade os cidadãos como responsáveis pela defesa da pátria e pela modernização de suas estruturas sociais (SODRÉ, 1968).

No conceito de Defesa adotado na Política Nacional de Defesa, é afirmado que “Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (BRASIL, 2005, *online*).

O tema aqui tratado compõe parte de uma pesquisa de doutorado sobre o processo de Comunicação Científica no campo acadêmico-científico da Defesa no Brasil, desde a geração do conhecimento até a disseminação e disponibilização da informação. No entanto, o objetivo desse artigo é analisar as condições atuais e as dificuldades da área no que diz respeito ao financiamento de pesquisas pelos órgãos de fomento nacionais e sua inserção nas políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação brasileiras tendo em vista o seu processo de formalização e institucionalização como área do conhecimento. Trata-se de uma pesquisa exploratória em que foram utilizados alguns procedimentos metodológicos como a busca na literatura e em documentos da área, a fim de localizar dados, fatos e resultados que permitissem uma análise mais detalhada da situação.

O presente artigo, além desta introdução, abordará em suas seções o conceito de campo científico segundo Bourdieu; em seguida, discorrerá sobre um breve histórico da instalação das agências no Brasil; mais adiante versará sobre as tabelas de áreas do conhecimento seguida de uma descrição das ações de fomento à área,

finalizando com algumas reflexões sobre o processo de formalização e institucionalização do campo de Defesa no Brasil.

Para enveredar pelo campo acadêmico-científico da Defesa, faz-se necessário, inicialmente, compreender o que se entende o conceito de campo, teor da próxima seção.

O tema aqui tratado compõe parte de uma pesquisa de doutorado sobre o processo de Comunicação Científica no campo acadêmico-científico da Defesa no Brasil, desde a geração do conhecimento até a disseminação e disponibilização da informação. No entanto, o objetivo desse artigo é analisar as condições atuais e as dificuldades da área no que diz respeito ao financiamento de pesquisas pelos órgãos de fomento nacionais e sua inserção nas políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação brasileiras tendo em vista o seu processo de formalização e institucionalização como área do conhecimento. Trata-se de uma pesquisa exploratória em que foram utilizados alguns procedimentos metodológicos como a busca na literatura e em documentos da área, a fim de localizar dados, fatos e resultados que permitissem uma análise mais detalhada da situação.

O presente artigo, além desta introdução, abordará em suas seções o conceito de campo científico segundo Bourdieu; em seguida, discorrerá sobre um breve histórico da instalação das agências no Brasil; mais adiante versará sobre as tabelas de áreas do conhecimento seguida de uma descrição das ações de fomento à área, finalizando com algumas reflexões sobre o processo de formalização e institucionalização do campo de Defesa no Brasil.

Para enveredar pelo campo acadêmico-científico da Defesa, faz-se necessário, inicialmente, compreender o que se entende o conceito de campo, teor da próxima seção.

## **2 Campo acadêmico-científico**

Os fundamentos que orientam o campo acadêmico de Defesa nacional passam pelo ambiente técnico-científico, denominado a partir desse momento de campo acadêmico-científico. Para entendimento e nos limites deste artigo, tal campo é formado pelo conjunto de agentes, em que se incluem as instituições de pesquisa e ensino, que representam os cursos de graduação e pós-graduação existentes;

os pesquisadores inseridos nos respectivos programas de ensino; as sociedades científicas, periódicos e eventos técnico-científicos, que reúnem pesquisadores de formações diversas com interesses comuns na área de Defesa. Este cenário passa pelo fluxo do conhecimento, das etapas de geração, circulação, uso, apropriação, disseminação, disponibilização até a geração de um novo conhecimento. Ou seja, conhecimento em ação!

Para defini-lo foram escolhidos os conceitos de Pierre Bourdieu, sociólogo francês, que viveu entre 1930 e 2002. Bourdieu apresenta-se com um pensador profundamente original. Seus estudos sociológicos abrangem um extenso número de objetos. Entre as premissas epistemológicas que orientam o trabalho de Bourdieu, pode-se citar: o conhecimento praxiológico; a noção de *habitus*; e o conceito de campo e de capital (ORTIZ, 1983). Nos limites deste artigo, a discussão será circunscrita ao conceito de campo e de capital científico.

Bourdieu foi um dos autores que mais se debruçou em pensar o campo como espaço político, de luta pelo poder, onde ocorrem tensões e disputas desiguais. Por isso, a parte que se segue foi estruturada segundo o ideário deste autor considerando conceito, contexto, características e propriedades do campo, com ênfase no campo científico, o qual será exemplificado nos próximos parágrafos.

O autor define campo como “o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência” (BOURDIEU, 2004, p. 21). Para ele, a noção de campo designa um espaço relativamente autônomo, um mundo social como os outros, um microcosmo dotado de suas leis próprias, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. O campo se define como o locus onde é travada uma luta concorrencial entre os atores, em torno de interesses específicos que caracterizam uma área em questão. Como exemplo, há o campo da ciência, no qual se evidencia pelo embate em torno da autoridade científica e o campo da arte, pela concorrência em torno da legitimidade dos produtos artísticos (ORTIZ, 1983).

O campo é o espaço onde se manifestam as relações de poder, o que implica afirmar que se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* social, que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio. Bourdieu denomina este *quantum* de “capital social” (ORTIZ, 1983, p. 21). A estrutura social do campo pode ser apreendida tomando-se como referência dois polos opostos: os

dominantes e os dominados. Os que ocupam o primeiro polo possuem o máximo de capital social e os do polo oposto se definem pela ausência ou raridade do capital social específico. No caso da ciência, o capital se refere à autoridade científica, a luta que se trava entre os agentes, é uma disputa em torno da legitimidade da ciência (ORTIZ, 1983). Dessa forma, os pesquisadores que desfrutam de posições hierárquicas reconhecidas como dominantes dispõem de maior capital científico, representadas por prestígio, reconhecimento, autoridade científica e a possibilidade de se impor perante os demais e ocupar legitimamente, a posição dominante.

Para Bourdieu (1983), os campos compõem-se de algumas propriedades comuns, que ele chama de leis gerais do campo. Mesmo campos diferentes, como o da política, da filosofia e da religião, têm leis de funcionamento invariantes. Isto faz com que se possa aprender o funcionamento de cada campo particular para interrogar e interpretar outros campos.

Todavia, Bourdieu (1983) ressalta também a existência de leis específicas: sempre que se estuda um novo campo, seja moda atual, religião na Idade Média ou filologia no séc. XIX são descobertas propriedades específicas e próprias de um campo particular, ao mesmo tempo em que o conhecimento dos mecanismos universais dos campos que se especificam em função de variáveis secundárias progride. Como exemplo, o autor cita as variáveis nacionais que diferenciam lutas entre pretendentes e dominantes nas características do campo.

Bourdieu (1983) usa a metáfora de um jogo para caracterizar o campo; nele existem paradas estratégicas, interesses específicos e pessoas dispostas a participar do jogo, dotadas de *habitus*, o que implica conhecer e reconhecer as leis imanentes do jogo.

Outro ponto para o qual Bourdieu (1983) chama atenção é o conhecimento prático dos princípios do jogo, o que é tacitamente exigido dos recém-chegados ou novos entrantes do jogo. "É toda a história do jogo, todo o passado do jogo, que estão presentes em cada ato do jogo" (BOURDIEU, 1983, p. 122). Por isto é muito comum ver traços de relação objetiva, com outras obras passadas ou contemporâneas, conservando aquilo que se produz no campo.

Como espaço de luta que é, onde existem dominantes e dominados, aqueles que monopolizam ou detêm o capital específico de um campo tendem para as estratégias de conservação, o que Bourdieu denomina defesa da ortodoxia. Os menos providos

de capital (muitas vezes os recém-chegados ou mais jovens) inclinam-se para as estratégias de subversão — as heresias. É a heresia como ruptura crítica, muitas vezes ligada à crise, que faz sair os dominantes do silêncio e que lhes impõe a produção de um discurso defensivo da ortodoxia (BOURDIEU, 1983). Para Bourdieu (1983), o jovem que se inicia no campo científico e que se volta fervorosamente para os estudos não está simplesmente produzindo conhecimento, mas, sobretudo, investindo num capital cultural, que irá posteriormente assegurar-lhe uma posição dominante no campo dos pesquisadores científicos (ORTIZ, 1983, p. 22).

Para que um novo entrante seja admitido em um determinado campo, é preciso que ele tenha efetuado os investimentos necessários. Para que alguém possa participar da comunidade científica se faz necessário, a realização de cursos, a ocorrência de publicações, em outros termos, o acúmulo prévio de certo capital que lhe permita ser reconhecido pelos seus pares como um integrante daquela comunidade. É como um jogo em que pressupõe que se reconheçam as suas regras como legítimas e que, fundamentalmente, existam pessoas dispostas a jogar. O capital acumulado em determinados campos nem sempre é transferível para outros campos e a sua validade se limita, frequentemente, ao próprio campo. Todavia há casos como o de pessoas que, em certas circunstâncias, conseguiram transferir o seu capital acumulado na vida científica para o campo da política, mas nem sempre é possível (ARAÚJO; ALVES; CRUZ, 2009).

O campo científico é um espaço em que pesquisadores disputam o monopólio da competência científica, cujo funcionamento pode ser comparado a um jogo, em que os princípios do funcionamento são dominados por seus participantes. O campo científico apresenta características específicas que merecem ser destacadas. Uma destas é o custo econômico que uma atividade científica implica, e o grau de autonomia de uma ciência depende, por sua vez, do grau de recursos econômicos que exige para se concretizar. Depende também do grau de proteção do campo contra novos entrantes, ou seja, do direito de entrada, mais ou menos elevado, que se impõe aos recém-chegados e que depende do capital científico coletivamente acumulado, e do grau em que é capaz de impor suas sanções positivas ou negativas. A luta científica é uma luta armada entre adversários que dispõem de armas tão potentes e eficazes quanto o capital científico acumulado no campo e pelo campo, incorporada em cada um dos agentes (BOURDIEU, 2004).

Apresentadas as noções de campo científico e, principalmente, os investimentos necessários para se estabelecer, a próxima seção abordará como materializar tais ações por meio do fomento à pesquisa propriamente dita.

### 3 Fomento à pesquisa no Brasil

O advento da ciência, tecnologia e inovação como política pública de estado teve suas origens no período da II Guerra Mundial (II GM). Antes, o sistema de pesquisa norte-americano e na maior parte dos países do mundo, eram poucos estruturados. A preocupação com o destino da ciência pós-guerra despertou no governo norte-americano a necessidade de criar políticas que mantivesse os esforços de guerra ativos após aquele período (CRUZ, 2014).

Segundo Cruz (2014, p. 241), em novembro de 1944, o então presidente americano Franklin Roosevelt, suscitou ao diretor do Escritório de Pesquisa Científica e Desenvolvimento<sup>4</sup>, Vannevar Bush<sup>5</sup>, quatro questões que deveriam ser respondidas:

<sup>4</sup> *Office of Scientific Research and Development*, órgão do estado americano que articulava e supervisionava a maior parte do esforço de pesquisa para defesa.

<sup>5</sup> Engenheiro, inventor e político norte-americano, conhecido pelo seu papel político no desenvolvimento da bomba atômica e pela ideia do Memex, conceito pioneiro, precursor da World Wide Web. É autor do seminal artigo da Ciência da Informação *As We May Think*, publicado no periódico *The Atlantic Monthly*, em 1945.

Primeira - O que poderia ser feito, consistentemente com segurança militar e com aprovação prévia das autoridades militares, para tornar conhecido no mundo, logo que possível, as contribuições que foram feitas para o conhecimento científico durante o nosso esforço de guerra? [...]

Segunda – com especial referência à guerra contra a doença, o que pode ser feito agora para organizar um programa para no futuro continuar o trabalho que foi feito na medicina e em outras ciências? [...]

Terceira – o que pode o governo fazer, agora e no futuro, para auxiliar as atividades de pesquisa em organizações públicas e privadas?

Quarta – pode um programa eficaz ser proposto para descobrir e desenvolver talentos científicos na juventude americana para que o futuro continuado da investigação científica neste país possa ser assegurado

em um nível comparável ao que foi feito durante a guerra? (CRUZ, 2014, p. 241).

Em resposta ao presidente, Bush coordenou a elaboração e apresentou, em 25 de julho de 1945 o documento *Ciência: a fronteira sem fim*<sup>6</sup>. Tal documento propõe uma “organização do sistema de pesquisa norte-americano com quatro atores fundamentais: indústria, universidades, laboratórios governamentais e o governo como planejador e financiador de partes do sistema” (CRUZ, 2014, p. 244).

**6** Em decorrência do falecimento do presidente Roosevelt em abril de 1945, o documento fora entregue ao então presidente Truman.

**7** Grifo da autora

**8** Em 3 outubro de 1947, a bancada na Assembleia Constituinte, liderada pelo deputado Caio Prado Júnior, apresentou o Projeto de Lei 248/47, que tratava da criação da Fundação Paulista de Pesquisas Científicas. No entanto, mesmo com grande mobilização da comunidade científica, o projeto de criação da fundação paulista seria retomado apenas em 1959. E somente em 18 de outubro de 1960, o governador Carlos Alberto de Carvalho Pinto promulgou a Lei Orgânica n. 5918, que autorizava o Poder Executivo a instituir a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

O documento propôs, ainda, a “criação de uma ‘*National Research Foundation*’ para apoiar a pesquisa básica em Medicina e Ciências Naturais, bem como o treinamento de pessoal em pesquisa, a defesa nacional<sup>7</sup> e a cooperação internacional em pesquisa” (CRUZ, 2014, p. 245).

Cruz (2014) salienta que o documento teve impacto não somente no estado norte-americano, mas em outras partes de mundo. No Brasil, em São Paulo, em 1947<sup>8</sup> resultou no movimento que deu origem a um órgão de apoio à pesquisa científica nos moldes da atual FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

Ao término da II GM e nos anos subsequentes, sob o contexto da Guerra Fria, as organizações norte-americanas entenderam, de forma impactante, o poder que poderia advir da ciência. Cruz ressalta que “os três ramos das Forças Armadas, criaram iniciativas para estimular pesquisa aplicada e básica, para se relacionar com universidades e institutos e estimular o treinamento de pesquisadores” (CRUZ, 2014, p. 246).

**9** Fundação do Ministério da Educação (MEC) que desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os Estados da Federação. Em 2007, passou também a atuar na formação de professores da educação básica ampliando o alcance de suas ações na formação de pessoal qualificado no Brasil e no exterior. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em: 4 nov. 2013.

No Brasil, as agências de fomento federais e governamentais são representadas pela CAPES<sup>9</sup>, CNPq<sup>10</sup> e FINEP<sup>11</sup> (Financiadora de Estudos e Projetos). Igual-

mente importantes, em âmbito estadual, pontificam as fundações de pesquisa que prestam o mesmo tipo de fomento, para citar as mais conhecidas como o FAPESP<sup>12</sup> e a FAPERJ<sup>13</sup> (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro).

Cabe ressaltar que, a despeito do mínimo ou inexistente amparo pelas agências de fomento, as instituições militares e os próprios militares, quando em cargos que os possibilitaram, incentivaram a pesquisa e o uso dos aparelhos e infraestrutura em prol da pesquisa, contextualizando o que Bourdieu afirmava sobre um dos capitais científicos, o poder institucional.

A trajetória do CNPq<sup>14</sup>, criado em 1951, ilustra tal afirmativa. Em 1946, o Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva, engenheiro de formação, representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica do Conselho de Segurança da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), propôs ao governo, por intermédio da Academia Brasileira de Ciências, a criação de um conselho nacional de pesquisa. Álvaro Alberto tinha como empreitada a criação de uma instituição governamental, cuja principal função seria incrementar, amparar e coordenar a pesquisa científica nacional. Depois de debates em diversas comissões, finalmente, em 15 de janeiro de 1951, dias antes de passar a faixa presidencial a Getúlio Vargas, o Presidente Dutra sanciona a Lei de criação do Conselho Nacional de Pesquisas como autarquia vinculada à Presidência da República. Tal história contada no portal daquele órgão é ratificada na descrição de Domingos Neto:

No que se refere ao campo científico, poucos se dão conta que o pró-

**10** Agência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/o-cnpq>>. Acesso em: 4 nov. 2013.

**11** FINEP-Agência Brasileira da Inovação é uma empresa pública vinculada ao MCTI e tem por missão promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas. A FINEP e o CNPq, as duas agências de fomento do MCTI, são as responsáveis pela contratação dos projetos, seguindo as diretrizes dos Comitês Gestores de cada fundo. Disponível em: <[http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=institucional\\_empresa](http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=institucional_empresa)>. Acesso em: 4 nov. 2013.

**12** FAPESP é uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país. Com autonomia garantida por lei, está ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo. Apoia a pesquisa e financia a investigação, o intercâmbio e a divulgação da ciência e da tecnologia produzida em São Paulo. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/2>>. Acesso em: 4 nov. 2013.

**13** FAPERJ é uma pessoa jurídica de Direito Público, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e tem como objetivo fomentar a pesquisa e a formação científica e tecnológica necessárias ao desenvolvimento sócio cultural do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.faperj.br/interna.phtml?obj\\_id=42](http://www.faperj.br/interna.phtml?obj_id=42)>. Acesso em: 04 nov. 2013. Índice geral de áreas. Disponível em: <[http://www.faperj.br/interna.phtml?obj\\_id=58](http://www.faperj.br/interna.phtml?obj_id=58)>. Acesso em: 4 nov. 2013.

**14** A Lei nº 1.310 de 15 de Janeiro de 1951, que criou o CNPq, foi chamada por Álvaro Alberto de "Lei Áurea da pesquisa no Brasil." Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/a-criacao>>. Acesso em: 4 nov. 2013.

prio CNPq foi criado como uma iniciativa essencialmente militar e que coube aos generais-presidentes da Ditadura o desenvolvimento da pós-graduação. É durante a Ditadura que o trabalho de cientistas sociais ganha de fato o status de atividade científica (DOMINGOS NETO, 2006, p. 7).

Assim, ficam evidenciadas os primórdios da estreita relação existente entre pesquisa e Defesa, fomentada pelo estado norte-americano por meio de suas Forças Armadas e demais órgãos criados com tal finalidade e que repercutiu mundo afora, especialmente no Brasil, no estado de São Paulo.

Para efetivar as diversas atividades de pesquisa e fomentar as áreas do conhecimento científico, a CAPES e o CNPq utilizam classificações das áreas do conhecimento, materializadas em forma de Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC) tema a ser apresentado na próxima subseção.

### 3.1 Tabelas de Áreas do Conhecimento (TAC)

As TAC têm finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar aos órgãos que atuam em ciência, tecnologia e inovação uma maneira ágil e funcional de agregar suas informações. A classificação permite, primordialmente, sistematizar informações sobre o desenvolvimento científico e tecnológico, especialmente aquelas concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos (CAPES, 2013).

**15** CAPES. Tabelas de área do conhecimento/avaliação. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em: 22 maio 2015.

A TAC da CAPES, a fim de organizar as áreas do conhecimento, é apresentada de forma hierarquizada, em quatro níveis, do mais geral ao mais específico, abrangendo nove grandes áreas, nas quais se distribuem as 48 áreas de avaliação. Estas áreas de avaliação, por sua vez, agrupam áreas do conhecimento (áreas básicas), subdivididas em subáreas e especialidades (CAPES, 2013, online)<sup>15</sup>:

1º nível - Grande Área: aglomeração de diversas áreas do conhecimento, em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos;

2º nível – Área do Conhecimento (Área Básica): conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas;

3º nível - Subárea: segmentação da área do conhecimento (ou área básica) estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados;

4º nível - Especialidade: caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas básicas e subáreas.

Uma comissão, composta por vários órgãos nacionais, foi instituída para rever as tabelas de áreas do conhecimento adotadas por esses órgãos de fomento, e definiu área do conhecimento como “o conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas” (DOMINGOS NETO, 2006, p. 4). Entretanto, cabe ressaltar que não há registro de áreas do conhecimento desenvolvidas sem os necessários amparos e fomentos, seja do Estado ou da iniciativa privada.

Para Souza e Stumpf (2009), reconhecida e comprovadamente, a representação de uma área do saber é uma atividade difícil e complexa. Assim, de acordo com estas autoras, a principal dificuldade está em determinar e nomear seus principais campos de atuação, pois nenhuma área é tão especializada ou tão abrangente quanto possa parecer a princípio.

Souza (2004) chama atenção de que o Brasil conta com poucos instrumentos especialmente criados e desenvolvidos para a classificação de dados provenientes das atividades de pesquisa e ensino em ciência. Segundo a autora, o instrumento mais conhecido, e que por muito tempo foi o único, e ainda hoje é o mais reconhecido como referencial, por ser o mais utilizado pelas instituições do sistema de ciência e tecnologia, é a tabela de conhecimento do CNPq, cuja estrutura de base é dos anos 1950.

Salienta a autora que, ao longo do tempo, foram feitas várias adaptações, com o objetivo de adequá-las às demandas específicas das áreas de conhecimento emer-

gentes, frente ao próprio desenvolvimento da ciência. No entanto, ressalta Souza (2004), nos últimos tempos, a mudança mais marcante foi a incorporação de uma classe denominada “OUTROS”, para os assuntos que fossem importantes e não estivessem contemplados em nenhuma outra área já previamente definida.

É sabido e isto foi destacado pela própria presidência do CNPq, em 1995, quando se discutiu a necessidade da revisão do TAC em vigor, que a tabela estava defasada, ultrapassada, antiga, inadequada, deficiente, anacrônica e desatualizada (SOUZA, 2004). Dito isto, naquela ocasião houve um movimento para revisar a tabela (e não construir uma nova), que implicou uma série de alterações.

Em 2005, outro movimento ocorreu para ser proposta uma nova tabela para o Brasil, do qual participaram representantes do meio acadêmico e de pesquisa brasileiros<sup>16</sup>. As atividades foram concluídas em dezembro de 2005 e a tabela reformulada entregue em janeiro de 2006. Domingos Neto (2006, p. 2) chama atenção e destaca que “como qualquer alteração da TAC repercute intensamente na comunidade científica, e nem sempre satisfaz a todos, a autoridade governamental posterga sua deliberação sobre a matéria”. Não se tem notícia de sua aprovação até dezembro de 2016.

**16** Trata-se de uma *Comissão Especial de Estudos* designada pelo CNPq, a CAPES e a FINEP, destinada a propor uma nova tabela para o Brasil.

Até 2004, nos estudos realizados por Souza (2004), não se verificou menção à área de Defesa e correlatas, nas estruturas pensadas para áreas de conhecimento. Isto denota a “juventude” acadêmica da Defesa como área de conhecimento. Uma área de conhecimento caracteriza-se também como uma ação política e, para tal, demanda espaço, orçamento destinado a sua consecução, recursos financeiros, humanos e logísticos, entre tantas outras necessidades.

Em outras áreas do conhecimento, como no contexto da Ciência da Informação, Souza e Stumpf (2009) pesquisaram a evolução da sua representação em classificações de ciência e tecnologia, usadas por agências de fomento no Brasil, bem como seu panorama por meio de programas de pós-graduação, linhas de pesquisa e perspectivas da área, considerando a evolução histórica e cronológica do campo.

À semelhança da área de Defesa, a Ciência da Informação apresenta características peculiares, por ser uma área de desenvolvimento recente, em relação a outros campos do conhecimento, e por congrega professores, pesquisadores e profissionais oriundos de diversas origens e formações acadêmicas e com atuações diversificadas

no campo da informação (SOUZA; STUMPF, 2009). Tal como na Defesa, o problema revelado na Ciência da Informação é que, por um lado, essas características peculiares motivam e enriquecem a área; por outro, causam dificuldades tanto na representação de campo do conhecimento, como nas tabelas de classificação para diferentes propósitos de uso.

Por sua vez, a Defesa não apresenta um corpo de conhecimentos mais delimitado, e não tem a devida representação nas agências que a conheçam a ponto de defendê-la de possíveis e incorretas classificações. Na tabela atual do CNPq, a Defesa está classificada na grande área 9 (nove) – OUTROS<sup>17</sup> –, junto com a Bioética, as Ciências Ambientais e a Divulgação Científica. Na tabela da CAPES em vigor<sup>18</sup>, publicada na web em 11 de julho de 2012, a área de Defesa não está contida, sequer na área Multidisciplinar/Interdisciplinar. São nas Ciências Políticas e Relações Internacionais que se inserem os programas de pós-graduação, cujas áreas de concentração e linhas de pesquisa desenvolvem estudos de Defesa e Segurança.

Domingos Neto (2006) defende a instituição da área de Defesa e Segurança na TAC. Argumenta que a inclusão na TAC implica amparo e fomento público e privado, tendo em vista dinamizar os estudos e pesquisas científicas nas referidas áreas, destacando que “não cabe imaginar que a defesa e a segurança do país possam ser asseguradas, mantendo-se como preocupação exclusiva dos militares, de alguns poucos diplomatas e raros intelectuais” (DOMINGOS NETO, 2006, p. 7).

Para materializar o entendimento do fomento à área, a próxima seção abordará as ações de diversas naturezas ocorridas nas esferas públicas e privadas.

#### 4 Ações de fomento para defesa nacional

As instituições militares, assim como a sociedade, têm sido chamadas e ouvidas para discussões acerca do campo do conhecimento Defesa Nacional. No âmbito da

**17** CNPq. Tabelas de áreas do conhecimento – outros. Disponível em: <<http://www.memoria.cnpq.br/areasconhecimento/9.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

**18** Em 23 de janeiro de 2008 através da Portaria nº 9, a Capes, após a decisão do Conselho Superior em sua 44ª reunião, de 5 de dezembro de 2007, alterou a configuração original da Tabela, criando a Grande Área Multidisciplinar e, nesta as áreas Interdisciplinar, Ensino de Ciências e Matemática, Materiais e Biotecnologia. Além disso, criou, na área Interdisciplinar, as subáreas Meio-Ambiente e Agrárias; Engenharia/Tecnologia/Gestão; Saúde e Biológicas; e Sociais e Humanidades. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

**19** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpg-2011-2020>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

esfera pública federal, a CAPES apresenta o Plano Nacional de Pós-graduação<sup>19</sup>, documento em que se registram os resultados da discussão de várias áreas e que contemplam a área de Defesa e Segurança nacional, estudos da geopolítica, mar e soberania nacional. No referido documento é ressaltada a capacitação de recursos humanos para a área de Defesa, tendo como base o previsto na primeira edição da Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada em 2008. O documento salienta que a END é inseparável do desenvolvimento do país e, para tanto, são apresentadas propostas que visem à inclusão de temas de Defesa em comitês e programas das agências. São as seguintes:

1. criação no CNPq e CAPES de uma área de Defesa e Segurança Nacionais, com recursos de fomento e de bolsas nacionais e internacionais;
2. fomento ao desenvolvimento de um complexo militar-universitário-empresarial capaz de atuar na fronteira de tecnologias que terão quase sempre utilidade dual: militar e civil;
3. acesso ao Portal de Periódicos da CAPES para as Instituições de Ensino do Ministério da Defesa e das Forças Armadas;
4. ampliação do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional – Pró-Defesa – com aumentos de recursos financeiros pelos órgãos de fomento, para início de execução de novos programas em 2011 (BRASIL, 2010, p. 216).

Figueiredo (2010) chama atenção para o importante papel, desempenhado pelo Ministério da Educação no processo de desenvolvimento da área, por meio da CAPES, em parceria com o Ministério da Defesa, com o fomento a partir do lançamento do PRÓ-DEFESA (Programa de Apoio ao Ensino à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional), em 2005. O Pró-Defesa constitui uma ação do governo brasileiro destinada a fomentar a cooperação entre instituições civis e militares, para implementação de projetos voltados ao ensino, à produção de pesquisas científicas e tecnológicas, e à formação de recursos humanos qualificados na área de Defesa nacional. Entre as áreas prioritárias estão a Sociologia e História das Forças Armadas e os estudos estratégicos em Defesa Nacional. O programa busca, assim, contribuir para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro na

área de Defesa (CAPES, 2013).

O Programa dirige-se a instituições públicas e privadas brasileiras que incluam, em seus programas de pós-graduação *stricto sensu*, reconhecidos pelo MEC, áreas de concentração ou linhas de pesquisa em Defesa Nacional. Também concorrem instituições que apresentem projeto viável de implantação destas linhas e demonstrem comprometimento institucional com o desenvolvimento das ações do projeto apresentado e com o fortalecimento do ensino e da pesquisa sobre Defesa Nacional, mesmo após o encerramento do projeto. É admitida a participação de instituições militares de altos estudos que não ofereçam programas de pós-graduação *stricto sensu*, mas que estabeleçam associação com instituições de ensino superior (CAPES, 2013).

No primeiro edital do Pró-Defesa, publicado em 2005, foram aprovados 12 projetos<sup>20</sup> na área de Defesa Nacional, desde estudos sobre o impacto da violência na saúde mental e física das Tropas de Paz brasileiras, à formação de pessoal qualificado em Química Quântica Computacional. O êxito do primeiro Pró-Defesa resultou em um novo edital para o ano de 2008, denominado Pró-Defesa II, em que foram aprovados 17 projetos. Na última edição (Pró-Defesa III), divulgada em novembro de 2013, foram selecionados 12 projetos (CAPES, 2013). O resultado dessa política de incentivo e fomento foi a implantação de diversos polos de estudos e pesquisas nas áreas das Ciências Sociais, Humanas e da História, em instituições de ensino superior, muitos dos quais envolvendo mais de uma instituição (FIGUEIREDO, 2010).

<sup>20</sup> Pró-Defesa III Projetos em andamento. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/ensino-e-pesquisa/defesa-e-academia/pro-defesa>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

Com proposta semelhante, cabe destacar o Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Assuntos Estratégicos de Interesse Nacional (Pró-Estratégia), uma ação do governo brasileiro voltada a fomentar a cooperação entre as instituições de excelência na formação de recursos humanos e na produção científica. Executado por meio da parceria entre a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), e a CAPES, estabelecida no Termo de Cooperação nº 007/2011 – SAE/PR, o Pró-Estratégia enquadra-se nas diretrizes da CAPES de indução temporária de áreas estratégicas e da Política Brasileira de Ciência e Tecnologia.

Tal programa buscou estimular redes de pesquisa e/ou consórcios interins-

titucionais entre Instituições de Ensino Superior (IES), Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT), instituições de ensino e pesquisa, centros de estudos estratégicos, empresas e outras instituições capacitadas a desenvolverem pesquisas nas áreas relativas à Defesa, ao desenvolvimento e outros temas estratégicos de interesse nacional.

O Pró-Estratégia consistiu em conceder apoio financeiro aos projetos selecionados de acordo com os critérios definidos no Edital nº 50/2011. Em 2012, o programa contemplou 19 projetos de pesquisa em todo o território nacional, em áreas que dizem respeito à gestão estratégica de políticas públicas relativas à defesa, ao desenvolvimento e a outros temas estratégicos de interesse nacional; as que guardam relação direta com os setores priorizados pela Estratégia Nacional de Defesa, a saber, o espacial, o cibernético e o nuclear, os quais transcendem a divisão entre desenvolvimento e defesa e ampliam as sinergias entre as esferas civil e militar; e as abrangidas pelos eixos tecnológicos - Defesa, Ciência e Tecnologia e Indústria, entre as quais se enfatizarão aquelas capazes de, simultaneamente, ampliar as condições de segurança e aperfeiçoar o desenvolvimento nacional, produzindo externalidades positivas para a indústria civil e/ou para o crescimento socioeconômico<sup>21</sup>.

Importante registrar o evento ocorrido em dezembro de 2012, na Fundação Getúlio Vargas, denominado *Seminário sobre a configuração dos estudos da Defesa como área do conhecimento científico*, que reuniu 28 pesquisadores de instituições de ensino superiores, civis e militares, representativos das várias regiões do Brasil. No evento foram discutidos o conceito de Defesa e as dificuldades para se chegar a um conceito unívoco; a sua institucionalização como área do conhecimento, passando pelas possíveis áreas de pertencimento e a discussão em torno deste tema; o fomento à pesquisa; o estudo aprofundado dos documentos que legitimam a área como a Política, a Estratégia e o Livro Branco de Defesa; a criação e a organização de uma comunidade epistêmica para discutir e aprofundar os estudos sobre a temática; e a necessidade de esforços políticos conjuntos que gerem um discurso consoante junto às autoridades.

Evento de análogo teor ocorreu em agosto de 2014, em Brasília - DF. Promovido pela CAPES, em parceria com o Ministério da Defesa, o *Seminário Pós-Graduação*

<sup>21</sup> CAPES. Pró-estratégia. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/pg-assuntos/pg-defesa/pg-pro-estrategia/>>. Acesso em: 12 maio 2015.

<sup>22</sup> CAPES. Encontro debate pós-graduação em segurança e defesa. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/7113-capes-realiza-encontro-com-tema-pos-graduacao-em-seguranca-e-defesa>>. Acesso em: 19 out. 2014.

em *Segurança e Defesa*, reuniu especialistas de todo o país, tendo em vista discutir a consolidação da pós-graduação *stricto sensu* voltada para os temas Segurança e Defesa nacional<sup>22</sup>.

O seminário se devolveu em cinco grupos de trabalhos temáticos: GT1- ações de apoio aos grupos de pesquisa na temática; GT2 – criação de área ou subárea; GT3 – recursos humanos; GT4 – conceito de segurança e defesa e GT5 – redes de colaboração.

<sup>23</sup> CAPES. Relatórios dos grupos de trabalho. 2014.

<sup>24</sup> Pesquisadores em assuntos de segurança internacional e defesa nacional apresentam projetos no Ministério da Defesa. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/noticias/15182-pesquisadores-em-assuntos-de-seguranca-internacional-e-defesa-nacional-apresentam-projetos-no-ministerio-da-defesa>. Acesso em: 26 maio 2015.

Entre os resultados cujo teor se alinha aos estudos desenvolvidos nesta pesquisa, cabe ressaltar os que apontam para a necessidade de se aprofundar a discussão temática, especialmente no que se referem ao tema Defesa; e para a criação de um grupo de trabalho envolvendo as Forças Armadas e a CAPES para realizar um mapeamento e identificação dos programas, grupos de pesquisa, áreas prioritárias e especialistas existentes no país. Aventou-se, ainda, a possibilidade de se estabelecerem duas áreas ou subáreas, nas quais sejam contemplados os estudos de Defesa: um afeto às Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, e outro ligado à tecnologia de defesa<sup>23</sup>.

Igualmente importante é mencionar a chamada pública o CNPq e o Ministério da Defesa, por meio do Instituto Pandiá Calógeras, denominado Programa Álvaro Alberto de Indução à Pesquisa em Segurança Internacional e Defesa Nacional, em outubro de 2014. O objetivo geral do projeto é fomentar a pesquisa sobre Segurança Internacional e Defesa Nacional por meio da seleção de propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa sobre temas relevantes para a inserção internacional do Brasil e a gestão da Defesa nacional, no campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, em duas linhas de pesquisa: Entorno Estratégico e Economia da Defesa.

O quadro a seguir apresenta os projetos vencedores, seus respectivos coordenadores e instituições a que estão vinculados<sup>24</sup>.

TÍTULO DO PROJETO	COORDENADOR	INSTITUIÇÃO
A Defesa do Atlântico Sul no Contexto da Cooperação Brasil-África	Mônica Dias Martins	Universidade Estadual do Ceará

A Importância da África Para a Segurança & Defesa do Brasil	Paulo Gilberto Fagundes Vizentini	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
30 Anos de Zopacas: Formação, Limites e Potencial	Pio Penna Filho	Universidade de Brasília
Narcotráfico, Militarização e o Entorno Estratégico Nacional: Lições para o Brasil	Thiago Moreira de Souza Rodrigues	Universidade Federal Fluminense
Cartografia Temática da Defesa Brasileira e seu Entorno Estratégico	Maria Regina Soares de Lima	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Sistemas de Inteligência e o Entorno Estratégico Do Brasil: Análise Institucional e Identificação de Ameaças	Marco Aurélio Chaves Cepik	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Vigilância, Monitoramento e Cooperação: Estratégias e Desafios do Panorama Cibernético Para a Defesa das Fronteiras Brasileiras e Entornos Sul-Americanos	Adriana Aparecida Marques	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
A Contribuição da Compra de Inovações Pelas Forças Armadas do Brasil para a Capacitação do Setor de Defesa Nacional: Uma Análise do Desenvolvimento de Competências nas Empresas Fornecedoras	Juliana Bonomi Santos	Centro Universitário da FEI (UNIFEI)
Matriz de Impactos Intersetoriais e Mercado em Economia da Defesa do Brasil	Gustavo Inácio de Moraes	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
As Relações Internacionais do Brasil Nuclear	Matias Spektor	Fundação Getúlio Vargas

**Quadro 1** - Projetos vencedores do Programa Álvaro Alberto de Indução à Pesquisa em Segurança Internacional e Defesa Nacional  
**Fonte:** Brasil, Ministério da Defesa, 2015.

Outra iniciativa de reconhecimento da produção científica realizada pelo Ministério da Defesa é o Concurso de Dissertações e Teses sobre Defesa Nacional (CDTDN)<sup>25</sup>. Tem por o objetivo estimular o desenvolvimento de pesquisas e os estudos acadêmicos sobre temas relativos à Segurança e à Defesa, no âmbito dos

sistemas de pós-graduação civil e militar, contribuindo para ampliar a produção científica e consolidar o pensamento nacional na área.

O concurso ocorre a cada dois anos e premia

teses de doutorado e dissertações de mestrado aprovadas em programas de pós-graduação *stricto sensu* nas áreas de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e afins, integrantes do sistema de avaliação da pós-graduação da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como das Escolas de Altos Estudos Militares.

A seção aqui encerrada procurou apresentar as iniciativas de fomento e reconhecimento à prática da ciência, ilustrando um breve histórico sobre as agências de fomento e suas ações no que se refere à área de Defesa nacional.

**25** Instituído pela Portaria nº 613/MD, de 15 de junho de 2004 e estabelecido como atividade regular do Ministério da Defesa pela Portaria nº 607/MD, de 3 de maio de 2006, terá prosseguimento com base na Portaria nº 21/GAP/MD, de 21 de janeiro de 2016.

## 5 Considerações finais

A institucionalização do campo acadêmico-científico da Defesa no Brasil ainda é um universo a ser conquistado. Os fatos relatados refletem a preocupação de incluir Defesa Nacional nas estruturas existentes, o que já representa um movimento, ainda que inicial, em favor do estabelecimento da Defesa como área ou subárea de conhecimento.

A composição desse campo constitui-se por diversos agentes, de áreas de conhecimento afins, entre as quais instituições de ensino civis e militares, públicas e privadas, que interagem, se relacionam e influem dinamicamente umas nas outras. São, portanto, de todos esses componentes, especialmente os de ensino e pesquisa, a responsabilidade pela geração de conhecimento no campo, que depende a inserção da Defesa nas políticas públicas de fomento, e não somente das próprias agências.

A Defesa Nacional, no sentido como foi estudado neste artigo, se insere no campo acadêmico-científico. Entretanto, percebe-se a necessidade que seja incluída, também, por agentes de outros setores, como o político, para que tenha atendidas suas necessidades econômicas e científicas, entre outras.

Tendo como inspiração a metáfora do jogo de Bourdieu, a luta é travada no campo entre os agentes – dominantes e dominados. Ao final desta pesquisa fica clara a posição que hoje a Defesa atua no jogo: somos os dominados - aqueles que

lutam para conquistar capital social no campo. A luta é necessária para conquistar e desfrutar de posições reconhecidas. Para tanto, há que se ter investimentos, a fim de contribuir para legitimação do capital científico dos agentes. Este capital conquistado pelos agentes é que irá garantir, num dado momento, a inserção no campo científico, passando à posição de dominantes.

Contudo, não há como participar do jogo sem realizar os investimentos necessários, públicos e privados, tanto do capital político, quanto do econômico. Qualquer “time” precisa de patrocinadores. Os programas de pós-graduação, além das próprias instituições que os mantêm, concorrem avidamente pelos fomentos das agências públicas de fomento, entre outros escassos projetos privados.

O aporte conceitual de Pierre Bourdieu permitiu compreender a dinâmica reprodutiva das práticas das comunidades acadêmicas, por meio do conceito de habitus; a composição do conjunto de atores, cujo pertencimento a um dado campo, o caracteriza e o distingue, representados pelos campos acadêmico-científico da Defesa; e as efetivas contribuições dos programas de pós-graduação, desde a geração do conhecimento à disponibilização da informação, correspondendo ao capital acadêmico-científico da Defesa.

Há muita partida para vencer até ganhar o “campeonato”. Uma destas é a aprovação de uma nova tabela de área do conhecimento (TAC) do CNPq, que considere a Defesa como área do conhecimento. Para que ocorra a institucionalização da Defesa como área, tornam-se urgentes esforços políticos e negociações, desenvolvimento e produção de pesquisas, a fim de conquistar espaço em cena. A TAC em vigor está ultrapassada, anacrônica e reflete parcialmente a dinâmica do conhecimento atual, assim como áreas emergentes do conhecimento.

A Defesa se insere no rol de áreas em construção epistêmica, como tantas outras. Ao comprovar sua natureza e constituição, e demonstrar seu potencial de crescimento por meio dos resultados que apresenta, cria condições para sua institucionalização como campo, área ou subárea de conhecimento.

## Referências

ARAÚJO, F. M. B.; ALVES, E. M.; CRUZ, M. P. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu. **Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 31-40,

jan./jun., 2009.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: \_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 1983. p. 119- 126.

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: UNESP, 2004.

BRASIL. **Decreto n. 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 20 jun. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto legislativo nº 373, de 26 de setembro de 2013**. Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2013.

\_\_\_\_\_. Instituto Militar de Engenharia (IME). **História. [S.l.]**: Agência 2A, 2012. Disponível em: <<http://ime.eb.br/ime/historia.html>>. Acesso em: 8 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Plano nacional de pós-graduação: (PNPG) 2011-2020**. Brasília, DF: CAPES, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Tabelas de área do conhecimento/avaliação. 2013**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em: 22 maio 2015.

CRUZ, C. H. B. "Ciência: a fronteira sem fim", uma apresentação. **Revista Brasileira de Inovação**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 241-280, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/ojs/rbi/article/view/1180/633>> Acesso em: 13. mar. 2015.

DOMINGOS NETO, M. Defesa e segurança como área do conhecimento científico. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 136-149, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/viewFile/22/24>> Acesso em: 15 dez. 2016.

FIGUEIREDO, E. L. Os estudos estratégicos, a defesa nacional e a segurança internacional. In: LESSA, Renato (Org.). **Horizontes das ciências sociais: a Ciência Política**. Petrópolis: Vozes, 2010.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais, 39).

SEMINÁRIO SOBRE A CONFIGURAÇÃO DOS ESTUDOS DA DEFESA COMO ÁREA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO, 2012, Rio de Janeiro: FGV, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SOUZA, R. F. Áreas do conhecimento. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 5 n. 2, abr. 2004. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/abr04/Art\\_02.htm](http://www.dgz.org.br/abr04/Art_02.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2013.

\_\_\_\_\_; STUMPF, I. R. C. Ciência da Informação como área do conhecimento: abordagem no contexto da

pesquisa e da pós-graduação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 4, n. esp. p. 41-58, 2009. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/901/606>>. Acesso em: 14 maio 2012.

ZIMAN, John. **Conhecimento público**. Tradução de Regina Regis Junqueira. São Paulo: Itatiaia, 1979.